

BOLETIM DE **Políticas Públicas**

LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – LPP - UERJ – JUNHO/SETEMBRO – 2002 – Nº 3

EDITORIAL

Abrir as Universidades, Democratizar a Educação

■ Emir Sader ■ Pablo Gentili

O Brasil é um dos países mais injustos do planeta, onde as marcas da miséria e da segregação se alastram por toda a sociedade. Um território de maiorias nem sempre silenciosas, cujos direitos são cotidianamente negados, alienados, roubados por uma elite mais preocupada com a maquiagem eleitoral das desigualdades que pela diminuição de seus efeitos brutalmente discriminadores.

Expressão disto é a dinâmica que tem caracterizado historicamente o desenvolvimento do sistema educacional no País. Sistema educacional estilizado, partido. Sistema que nasceu segmentado e diferenciado e que aprofunda de maneira perversa sua fragmentação à medida que os mais pobres conseguem avançar, com enorme esforço e luta, na carreira de obstáculos que é o processo de acesso e permanência na escola. A questão é, na sua transparência, cruel e brutal: as oportunidades educacionais são diretamente proporcionais aos recursos econômicos que os indivíduos dispõem para franquear as portas das instituições de qualidade. Afinal de contas, nada de novo sob o sol dos Trópicos: escolas pobres para os pobres, escolas ricas para os ricos.

A desigualdade educacional se traduz, no ensino superior, com uma especificidade

própria. Para aqueles que conseguem superar as barreiras dos níveis iniciais, as possibilidades de acesso ao ensino universitário público, tendem a diminuir pela força de um pouco questionado sistema de seleção que oculta, por trás de critérios meritocráticos, a radicalidade de um mecanismo de hierarquização que discrimina com eficácia aos pobres, aos negros, aos trabalhadores; características estas comuns ao exército de jovens que reconhecem, nas intermináveis listas com os resultados do vestibular, que a passagem pela escola e o direito à educação são, no Brasil, duas coisas diferentes. Jovens que hoje acabam encontrando, na oferta privada, a única – e sempre custosa – chance de acesso ao ensino superior.

O presente número do **Boletim de Políticas Públicas** pretende contribuir para o atual debate sobre as políticas de acesso às universidades brasileiras. Nossa discussão estará focalizada na polêmica gerada pelas iniciativas que promovem a reserva de vagas ou estabelecem cotas para permitir o acesso de grupos tradicionalmente marginalizados do ensino superior, especialmente os afro-brasileiros.

Os materiais aqui publicados, longe de apresentar uma opinião definitiva sobre o assunto, buscam aguçar a controvérsia e

estimular o necessário debate sobre a democratização efetiva das nossas universidades públicas. Sabemos que as políticas de cotas e reserva de vagas abrem riscos, mas também potencialidades para avançar na construção de um sistema educacional menos excludente e discriminador.

as oportunidades educacionais são diretamente proporcionais aos recursos econômicos que os indivíduos dispõem para franquear as portas das instituições de qualidade

Também sabemos que a universidade pública deve mudar, deve ampliar-se e lutar por abrir-se àqueles setores que, sob o cínico argumento da seletividade meritocrática, não concluem o ensino médio ou são confinados aos supermercados de diplomas que comumente acabam sendo boa parte das universidades privadas.

Incluimos nesta edição um denso e doloroso texto de José Saramago sobre o genocídio que sofre o povo palestino.

Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira



■ Maria Alice Rezende – Coordenadora Acadêmica do PPCOR / LPP

A constituição histórica do Brasil tem sido marcada por uma profunda desigualdade social. Indicadores de renda, escolaridade, saúde, moradia e trabalho evidenciam uma realidade que condena a severas condições de exclusão e miséria a amplos setores da população. Um quadro de desigualdades que se acentua quando observamos a cotidianidade vivida pela população negra, atualmente mais de 45% da sociedade brasileira. Apesar da sempre enganosa referência à existência de uma suposta "democracia racial", ainda hoje, são escassas as políticas públicas voltadas para a redução efetiva das desigualdades sociais e raciais existentes no País.

A constatação de uma dinâmica de exclusões que opera mediante mecanismos de discriminação de caráter étnico-raciais, e a ausência ou a ineficácia de políticas governamentais orientadas a diminuir ou limitar os efeitos dessa desigualdade, levou-nos a formular no LPP o **Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira**. Iniciativa destinada a promover pesquisas sobre as características e tendências dos atuais processos de discriminação racial no Brasil, bem como o desenvolvimento de ações orientadas à afirmação dos direitos historicamente negados à população afro-brasileira.



Informações sobre o PPCOR, acesso a Documentos On-line, Biblioteca Virtual, Novidades Bibliográficas, Links, Síntese dos Projetos em www.politicasdacor.net.

O Concurso Cor no Ensino Superior

O **Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira** do LPP lançou, em setembro de 2001, o Concurso Nacional "Cor no Ensino Superior", destinado a apoiar e promover projetos que visem aumentar a presença das populações sub-representadas no ensino superior, especialmente os afro-brasileiros de baixa renda.

A divulgação do Concurso foi realizada utilizando vários veículos de

comunicação, como também os principais Fóruns nacionais e internacionais que aconteceram no país entre 2001/2002 (Anped, Anpocs, Fórum Mundial de Educação, etc).

Candidataram-se 287 propostas oriundas de todo o território nacional. A excepcional qualidade e diversidade dos projetos apresentados foi, provavelmente, a principal conquista do **Programa Políticas da Cor** na

sua primeira etapa de implementação. Boa parte das propostas que disputaram o Concurso foram elaboradas em parceria entre entidades de múltiplas origens, envolvendo um total de mais de 400 instituições governamentais e não-governamentais, movimentos sociais, universidades, sindicatos e associações comunitárias.

O Programa dispõe de um fundo doado pela Fundação Ford, atualmente alocado às propostas vencedoras do Concurso. Um Comitê Avaliador, constituído por Dora Lúcia de Lima Bertúlio (Universidade Federal do Paraná), Kabengele Munanga (Universidade de São Paulo), Livio Sansone (Centro de Estudos Afro-Asiáticos - UCAM), Maria Angélica Motta Maués

(Universidade Federal do Pará), Miguel Arroyo (Universidade Federal de Minas Gerais), Ubiratan Castro de Araújo (Universidade Federal da Bahia) e presidido por Emir Sader (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), selecionou as propostas vencedoras.

Das 27 propostas aprovadas (*ver tabela*), 11 promovem ações de acesso ao ensino superior, 9 de permanência e 7 de acesso e permanência. Todas elas incluem na sua programação, o desenvolvimento de seminários e conferências destinadas a ampliar e aprofundar os debates em torno dos processos de discriminação racial na educação brasileira.



PROJETOS DO PPCOR / LPP

TÍTULO	ENTIDADE
EDUCADORAS E EDUCADORES SEM-TERRA NA UNIVERSIDADE	ITERRA - INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA AGRÁRIA
PRÉ VESTIBULAR PARA NEGROS (AS) E CARENTES: EDUCAÇÃO E CONSCIÊNCIA	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - NÚCLEO DE CONSCIÊNCIA NEGRA
DATALUTA - BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA	UNESP - CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE - DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
A COR DA BAHIA - PROJETO TUTORIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA / FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS / PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
POLÍTICAS DA COR NA UNIVERSIDADE DO TOCANTINS	UNIVERSIDADE DE TOCANTINS - NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS
DEZ VEZES DEZ	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO / PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PESQUISADORES NEGROS EM CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
RELAÇÕES DE RAÇA E PODER NA EDUCAÇÃO - AFRO-DESCENDENTES NO CORPO DISCENTE	UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO / ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COR NA EDUCAÇÃO - DIVERSIDADE ÉTNICA NO ENSINO SUPERIOR: PROGRAMA DE INCLUSÃO DO NEGRO NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	UDESC - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE / NEPRE - NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO
CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR PARA NEGROS, PRATICANTES DOS CULTOS AFRO-BRASILEIROS E PESSOAS ECONOMICAMENTE CARENTES	UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PROJETO POLÍTICAS DA COR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO
"PASSAGEM DO MEIO": QUALIFICAÇÃO DE ALUNOS(AS) NEGROS(AS) DE GRADUAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICA NA UFG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
AULAS PREPARATÓRIAS DE QUÍMICA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / INSTITUTO DE QUÍMICA
PROJETO AFOJUBÁ: CURSO PRÉ-VESTIBULAR PARA NEGROS E CARENTES	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS / NEAB
AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFMG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS; FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE AÇÃO INTEGRADA: PREPARANDO ESTUDANTES AFRO-BRASILEIROS PARA O ENSINO SUPERIOR	USP - INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS, CAMPUS SÃO CARLOS
PESQUISADORES(AS) PARA IGUALDADE: REFORÇO AO PROCESSO DE PERMANÊNCIA E CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA A AFRODESCENDÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ / NÚCLEO DE PESQUISA SOBRE AFRICANIDADES E AFRODESCENDÊNCIA
AMPLIANDO AS FALAS PRETAS: AÇÕES AFIRMATIVAS NA PUC-SP	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO; FALA PRETA! ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS
PROJETO "CASA PADRE MELOTTO": EDUCAÇÃO INTEGRAL COM ADOLESCENTES	PIA SOCIEDADE DE PE. NICOLA MAZZA
PRÉ-VESTIBULAR PARA NEGROS E CARENTES	NÚCLEO ENGENHO DO PORTO / IGREJA NOSSA SENHORA DA GLÓRIA
CURSO PRÉ-VESTIBULAR PARA PESSOAS NEGRAS E CARENTES	PRENEC - PRÉ-VESTIBULAR PARA NEGROS E CARENTES
KA-NAOMBO: CURSO PRÉ-VESTIBULAR PARA JOVENS AFRODESCENDENTES EM CURITIBA	ACNAP - ASSOCIAÇÃO CULTURAL NEGRITUDE E AÇÃO POPULAR
NEGRAEVA - PROJETO DE APOIO A AFRO-DESCENDENTES PARA ACESSO E MANUTENÇÃO NO ENSINO SUPERIOR	ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE DOS DESCENDENTES DE TIA EVA
PROJETO AUTA DE SOUZA - UM ESTÍMULO QUALITATIVO NO ACESSO À UNIVERSIDADE	DJUMBAY - DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL
CURSO PRÉ-VESTIBULAR ALTERNATIVO	MOVIMENTO CABOFRIENSE DE PESQUISA DAS CULTURAS NEGRAS
PROPOSTA ALTERNATIVA DE PRÉ-UNIVERSITÁRIO PARA NEGROS E EXCLUÍDOS (PRUNE)	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA / SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROJETO DE VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO AFRODESCENDENTE NO SERVIÇO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS / SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE CAMPINAS

Universidade pública e política de cotas

Um debate aberto

■ Sandra Sales – Pesquisadora Assistente do Observatório Latino-americano de Políticas Educacionais (LPP/UERJ)

A questão das cotas raciais e, especificamente, da reserva de vagas para alunos de escolas públicas nas universidades do Estado do Rio de Janeiro tem provocado acalorados debates na sociedade brasileira.

Carlos Lessa, Reitor da UFRJ, indagado sobre a questão, apresenta restrições quanto à pertinência de tais medidas. Segundo ele, a desigualdade racial é subordinada à questão social pois, no país, a abolição da escravatura não foi acompanhada de políticas que visassem integrar de forma efetiva a população negra aos direitos da cidadania. A ausência de políticas de reforma agrária, de universalização da educação pública e da previdência social, entre outras, acabaram relegando os ex-escravos a uma situação de pobreza que, para boa parte deles, é hoje extrema.

Entretanto, na visão de Lessa, a chamada questão racial deve ser compreendida, no Brasil, no contexto do processo histórico que transformou o país num território predominantemente mestiço. A colonização criou um imenso desequilíbrio de gênero produzido pela escassez de mulheres, tendência que, associada à superimposição do idioma português, a dominância do homem europeu e branco, bem como a conversão forçada à religião católica acabou produzindo uma vasta mistura cultural. A mestiçagem, no Brasil, foi se constituindo num paradigma interétnico não isento de conflitos e tensões. Numa inequívoca referência "antropofágica" ao Movimento Modernista, o Reitor da UFRJ afirma: "a cultura portuguesa acabou

engolindo as culturas indígenas e negras".

O fato de se auto-reconhecer como um país mestiço, tendeu a legitimar as insistentes afirmações de que aqui não temos preconceito racial. Suposição que, para Lessa, está absolutamente desprovida de verdade. A questão reside em que o preconceito racial não é definido, no Brasil, sobre as mesmas bases fundamentalistas que encontramos, por exemplo, em países como Estados Unidos ou África do Sul. Em tal sentido, "no nosso País, não damos naturalidade ao preconceito; ou seja, todos dizemos que não temos preconceito ou, quando alguém tem, que essa pessoa está profundamente errada". Paradoxalmente, afirma Lessa, as cotas raciais acabarão aprofundando o preconceito, na medida em que, provavelmente, gerarão um processo discriminatório contra os que venham a ser beneficiados por elas. Por outro lado, as cotas raciais encontrarão graves problemas de implementação uma vez que é difícil definir o que se entende por afro-brasileiro, enquanto que a autodefinição de cor acaba sendo extremamente subjetiva.

Contrário às cotas por critérios raciais, Carlos Lessa defende o estabelecimento de uma política de reserva de vagas baseada em critérios sociais, tendo como principal referência o nível de renda.

Roberto Leher, ex-presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES e atualmente pesquisador do LPP, na mesma linha defendida por Lessa, afirma que a reserva de vagas não resolverá o problema da baixa presença da população negra de setores populares nas universi-

dades públicas brasileiras. Segundo ele, "o que vamos ter, mais uma vez, é uma seleção por classe; certamente, serão os afro-descendentes com melhor poder aquisitivo os que vão se beneficiar dessas vagas".

Leher afirma ainda que a polêmica levantada pela lei de cotas esconde, mais do que mostra, o real problema do ensino superior no Brasil: a insuficiência de vagas e o abandono de toda política pública destinada a permitir uma ampliação efetiva das possibilidades de acesso às instituições universitárias daqueles milhares de jovens que, a cada ano, concluem o ensino médio. O problema, afirma, continua sendo a democratização efetiva das universidades públicas: "a cota desvia o foco para a discussão de quem deve beneficiar-se dos poucos espaços disponíveis, abandonando a luta por mais e melhores vagas".

Ao mesmo tempo, segundo o ex-presidente do ANDES, a cota não resolve o problema da permanência na universidade, visto que muitos estudantes das classes populares acabam tendo que abandonar seu curso pela dificuldade de arcar com os custos de materiais, aquisição de livros etc. Leher considera que devemos ampliar o debate em torno das políticas de ação afirmativa, retomando e reforçando as estratégias de assistência estudantil, esvaziadas hoje numa conjuntura marcada pela hegemonia neoliberal e pela progressiva mercantilização do ensino superior no País.

Texto elaborado a partir de entrevistas realizadas com Carlos Lessa e Roberto Leher pela autora em maio de 2002

Universidades públicas, ações afirmativas e cotas

■ Frei David Raimundo Santos Ofm – Coordenador do EDUCAFRO

A meritocracia é uma das formas de corrupção disfarçada que setores da sociedade brasileira usam para desviar o dinheiro público em benefício de alguns poucos. Se colocarmos duas pessoas para disputar uma corrida e, para uma damos acesso aos melhores treinadores, boa alimentação, equipamento técnico e deixamos a outra abandonada à própria sorte, quem vai ser a vencedora? Assim é a universidade pública. As Universidades partem de uma falsa igualdade e têm a coragem de dizer que os que entram, o fazem por mérito pois prestaram o mesmo vestibular. Deveríamos ter vergonha em permitir a continuação deste falso e injusto sistema de mérito. Qual é a solução? Corrigir rapidamente este erro. O vestibular deve medir capacidade e não acúmulo de saber acadêmico. Ao mesmo tempo, o Estado deve investir, com coragem, na melhoria do ensino público fundamental e médio. Como consertar o estrago realizado com os que já saíram do ensino médio? As políticas de ação afirmativa adotadas por mais de 30 países e, agora pelo Governo Federal (reservando 20% das vagas do funcionalismo público para afrodescendentes) e pelo Estado do Rio de Janeiro (com 40% das vagas universitárias para negros), constituem as únicas experiências de sucesso comprovado. Elas devem ser adotadas apenas pelo período necessário para a correção das conseqüências dos erros do passado. A cota para afrodescendentes e alunos da rede pública é ética, honesta e justa, e beneficiará também os indiodescendentes, que estão na rede pública de ensino. Ela ataca um erro já cometido e desperta a sociedade para não permitir que este erro se perpetue. Só isto. É o Brasil corrigindo, com ética, uma história de injustiça.

Há pessoas argumentando que esta forma de ação afirmativa vai colocar na universidade alunos incapazes. Este argumento parte de um total desconhecimento da realidade e corre o risco de tornar-se mais uma expressão cínica de nossa realidade perversa. A Puc-Rio, por exemplo, desde 1993, concede bolsas de estudo a pessoas pobres, acompanhadas e apresentadas pelos trabalhos da Pastoral do Negro. Naquele primeiro ano foram concedidas 4 bolsas. As condições básicas apresentadas pela PUC foram: estar ligado a um trabalho comunitário e passar no vestibular da entidade. Só dois

tipos de alunos prestam o vestibular da PUC: os ricos que podem pagar e os pobres que estão ligados aos trabalhos comunitários; logo, a disputa candidato/vaga é pequena e, muitos, mesmo vindo da rede pública, passam. Hoje, nove anos depois, só através da Pastoral do Negro (Entidade EDUCAFRO), a PUC-Rio já concedeu bolsas de estudo para 565 pessoas!!! A média acadêmica destes alunos bolsistas é superior à média dos pagantes!!! Como se explica isto? A resposta é fácil: os alunos, mesmo vindo da rede pública e, sendo 90% afrodescendentes, provam que têm capacidade. É, justamente isto o que falta para os pobres e afrodescendentes nas universidades públicas: oportunidades para provarem que são capazes.

As famosas "notas de corte," adotadas pelo vestibular da USP e outras universidades no Brasil são mais um instrumento para afastar os pobres das instituições públicas de ensino superior. Segundo um professor da USP, se todos os Doutores daquela excelente universidade fossem submetidos ao último vestibular da Instituição, 80% ficariam reprovados. Com isto, ele quis provar que o atual método para dizer quem pode e quem não pode entrar nas universidades públicas está totalmente equivocado. Os vestibulares públicos passam a ser uma excelente ferramenta para eliminar os pobres e afrodescendentes, que não tiveram acesso a conteúdos complexos e cheios de "macetes", ministrados nos cursinhos caros.

O Brasil, com certeza, está jogando no lixo talentos, unicamente por serem pobres e afrodescendentes. Não devemos ser coniventes com esta situação. A Reitora da UERJ, o novo Reitor da UFRJ, da USP e outros Reitores, fazem parte de um time novo e corajoso nesta importante função. Eles, certamente, irão reunir forças em suas equipes para ouvir estes clamores e atacar esse câncer que se chama "sistema de acesso às universidades públicas". É um sistema injusto e viciado. Os reitores que com ética assumam o desafio de lutar contra as históricas injustiças que sofrem milhares de jovens, deverão usar a sua autonomia universitária para "colocar o dedo nesta ferida", para não deixar passar seu mandato sem mexer neste sistema, gerador de tantos males para a sociedade pluri-étnica brasileira que tanto amamos.

■ Pablo Gentili – Pesquisador do LPP

No campo da esquerda, uma das críticas comumente formuladas aos projetos de cotas é que eles são defendidos por representantes da direita ou por políticos populistas, como José Sarney, Anthony Garotinho ou José Amorim, do PTB/RJ (autor da Lei 3708 que estabelece cota de 40% no acesso às instituições públicas do ensino superior do Rio de Janeiro para a população preta e parda). Todavia...

■ **Em 1993, a Deputada Federal Benedita da Silva**, apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 4339, instituindo cota mínima de 10% das vagas existentes em instituições do ensino superior para setores etno-raciais socialmente discriminados (negros e índios). Já na condição de Senadora, Benedita propôs projeto semelhante em 1995 (PL 14).

■ **Paulo Paim, Deputado do PT/RS**, é o autor de um importante projeto de lei (PL 3198/2000) que institui o Estatuto da Igualdade Racial, em defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação em função de sua etnia, raça e/ou cor. A iniciativa do Deputado Paim, no seu Capítulo VI, "Do sistema

de Cotas", estabelece três artigos específicos sobre a questão (20% das vagas para acesso dos afro-descendentes a cargos públicos, 20% nas empresas com mais de 20 empregados e 20% nas universidades). Também, no mesmo capítulo, propõe uma modificação da Lei 9504/97, acrescentando a seu art. 10º que cada partido ou coligação deverá reservar um mínimo de 30% e um máximo de 70% das candidaturas para afro-descendentes. O projeto, no Capítulo VII, propõe que os filmes e programas veiculados pelas emissoras de televisão apresentem imagens de pretos e pardos numa proporção não inferior a 25% do número total de atores e figurantes.

■ **Carlos Minc, Deputado Estadual do Rio de Janeiro pelo Partido dos Trabalhadores**, tem sido um dos mais ativos formuladores de projetos instituindo vagas para alunos carentes e para afro-descendentes no campo educacional. Em 1993, propôs à Câmara o PL 1600, estabelecendo cota mínima de 10% nas instituições de ensino superior (públicas e privadas) localizadas no Estado do Rio de Janeiro, para setores etno-raciais socialmente discrimi-

nados. Semanas mais tarde, deu entrada ao Projeto de Lei 1622, dispondo sobre a instituição de cota mínima de 20% das vagas dos cursos de graduação e pós-graduação nas universidades públicas do Rio de Janeiro para alunos carentes. No mesmo ano, apresentou o PL 1671, autorizando a criação de vagas suplementares nos concursos de admissão para as universidades e escolas técnicas públicas do Estado, sendo elas destinadas a setores etno-raciais historicamente discriminados (10%) e a alunos carentes (20%). Em 14 de abril de 1998, o ativo Deputado Minc, propôs Projeto de Lei, instituindo cota mínima de 20% das vagas das escolas públicas de nível médio e superior do Estado do Rio de Janeiro para afro-brasileiros e índios; iniciativa reapresentada no PL 89, em 1999.

Deputados e senadores do campo popular têm sido também sensíveis ao estabelecimento de cotas por critérios sociais. Exemplo disto é o Projeto de Lei 6091, apresentado recentemente (20/02/2002) pelo Deputado Federal Nelson Pellegrino (PT/BA), destinando 10% das vagas

"No Brasil, onde os índices de dissimilaridade negro/branco, para usarmos uma linguagem sociométrica, são ainda mais acentuados do que nos Estados Unidos, segundo indicadores como salários, mortalidade infantil, instrução e expectativa de vida, falar em compensar os negros pelos prejuízos sofridos em mais de três séculos de exploração e exclusão soa como ofensa."

"A idéia da compensação ressurgiu hoje, em boa hora, no projeto de lei do deputado Carlos Minc que estabelece uma quota de 10% para negros nas universidades que funcionam no Estado do Rio de Janeiro. Embora limitada ao campo da educação, trata-se de excelente oportunidade de se discutir o assunto e, principalmente, de se estabelecer um precedente para a ação compensatória em nosso país. E de nos exercitarmos esgrimindo os argumentos da estatística e da história contra a interessada desinformação de 'progressistas' capazes de defender teses que nem a direita americana tem coragem de continuar sustentando de público."

ABDIAS DO NASCIMENTO,

Ex-Secretário Extraordinário de Defesa e promoção das populações Afro-Brasileiras (Jornal do Brasil, 02/11/1993)

"Eu realmente não acreditava que havia racismo no Brasil. Fui criado em São João de Meriti, nasci lá e aos 20 anos fui eleito vereador. Sempre vivi, convivi com pessoas auxiliares da raça branca e raça negra, então eu nunca senti racismo. Entretanto, tenho lido, ainda não li todo porque o livro é até certo ponto longo, 'Antologia do negro brasileiro' e também, nos jornais, esse simpósio que houve na África do Sul em que a governadora Benedita da Silva participou. Vimos nos jornais que já existem projetos inclusive no Senado procurando fazer essa reserva de vagas nas Universidades Federais. Então, conversando com meus assessores surgiu a idéia de também apresentar o projeto e tentar com que nas universidades fluminenses, na UERJ e na Universidade de Campos houvesse essas reservas de vagas."

"A idéia não surgiu apenas da minha cabeça, a idéia surgiu de assessores. Tem um jornalista que me assessora, o nome dele é Continentino, que foi um que mais tentou me mostrar essa discriminação. A idéia surgiu de um grupo de assessores que fez com que eu apresentasse o projeto. Você vê que é um projeto simples, a regulamentação está excepcional, também foi feita por gente inteligente e por gente competente porque eu aprendi, lendo certa feita, que Bonaparte dizia que lei muito longa não é lei, é regulamento."

DEPUTADO JOSÉ AMORIM

autor da Lei nº 3708 que institui cotas de 40% para a população negra no acesso a todas instituições públicas de ensino superior no Estado do Rio de Janeiro, em entrevista à Fátima Lobato Fernandes, Laboratório de Políticas Públicas (20/05/2002)

"Insurgem-se negros. Deven para brancos e

Membro do
Comba

(Jornal d

"Estabelecer forma especial tuar a diferen Teria, quase c efeitos, escass ram os espa negros nos par década de 80: institucional, r queamento sin

S, QUE COTAS?

das instituições particulares de ensino superior para estudantes carentes, sem cobrança de mensalidades, taxas ou qualquer outra forma de pagamento.

Existem, é claro, divergências substantivas entre esses projetos e as propostas aprovadas no Rio de Janeiro ou promovidas pelo Governo Federal.

Uma das diferenças fundamentais é que os projetos anteriores, especialmente o do Deputado Pellegrino, estabelecem regras que atingem as instituições privadas, não apenas as públicas. Nesse sentido, vale lembrar que, durante a última década, o subsistema privado de ensino superior cresceu de forma geométrica, concentrando boa parte da demanda que as universidades públicas não conseguiram, não puderam ou não quiseram absorver. Neste mesmo período, o Governo Federal dispensou a essas instituições uma generosidade inversamente proporcional à dispensada às instituições públicas. Não poucos prédios de algumas das enormes universidades privadas brasileiras foram construídos com recursos de uma

sociedade cujas maiorias nunca sequer experimentaram por um minuto as delícias da vida acadêmica. Os projetos, anteriormente mencionados, podem ser interpretados como uma forma modesta de recuperar aquilo que a sociedade aportou a empresários (boa parte deles inescrupulosos), que pouco tem feito para merecer a confiança neles depositada.

Finalmente, resulta evidente que a simples institucionalização de uma cota não garante, por si mesma, a permanência dos excluídos no sistema educacional. Tampouco, uma cota estabelecida no ensino superior resolve magicamente o problema da qualidade do ensino médio e fundamental. Políticas integradas de afirmação de direitos devem ser implementadas para abolir o funil discriminador de uma permanência ameaçada pela entrada prematura e precária no mercado de trabalho ou pela impossibilidade de enfrentar as demandas que exige a realização de um curso universitário (compra de material bibliográfico e até, para boa parte dos estudantes mais pobres, o pagamento do transporte para

deslocar-se às unidades de ensino).

A história do ensino superior no Brasil pode ser escrita recuperando a importante contribuição que as universidades fazem ao desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, à produção de saberes socialmente significativos para a ação e a transformação efetiva da realidade colonial e escravocrata que herdamos do passado e reproduzimos no presente. Mas também pode, e deve, ser escrita reconhecendo as lutas que os movimentos populares, os próprios estudantes, funcionários e professores, intelectuais críticos, deputados, senadores e quadros que exercem a função pública levam a cabo para limitar a distribuição desigual e segregacionista dos bens produzidos nas instituições de ensino superior.

Estamos vivendo um momento importante dessa luta. Por isso, é bom não esquecer que o acúmulo de forças e a construção de alianças é o único caminho para fortalecer o urgente desafio de construir universidades abertas, democráticas e onde a excelência acadêmica seja um direito de todos e não um privilégio de poucos.

contra 20% de
n achar que 80%
é pouco."

JORGE DA SILVA
Conselho Nacional de
te à Discriminação, do
Ministério da Justiça
do Brasil, 23/12/2001)

"Não há discriminação racial no país, mas uma diferença cultural e de aptidão: Os japoneses são mais hábeis em coisas pequenas e delicadas, os negros têm mais facilidade no serviço pesado."

CARLOS EDUARDO UCHOA FAGUNDES
Diretor da FIESP (em entrevista à Folha de São Paulo,
26/05/1995)

"O sistema educacional de um país reflete fielmente todas as suas mazelas, desigualdades e contrastes. Nas salas de aula, reproduz-se o modelo de exclusão social que, em maior ou menor grau, marca as relações produtivas e humanas. A solução definitiva para o problema passa pela elaboração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento, a geração de empregos, a melhor distribuição de riquezas e a valorização da escola pública de qualidade para todos os cidadãos – sejam eles brancos, negros, índios, pobres ou ricos."

NILCÉA FREIRE,
Reitora da UERJ
(Jornal do Brasil, 02/09/2001)

"FOLHA – O Sr. Defende o chamado sistema de cotas?

SANTOS – Essa pergunta gera um bloqueio do debate. Porque você só tem duas formas de responder: sim ou não.

FOLHA – Qual seria a pergunta correta?

SANTOS – O que eu devo fazer para que o negro entre e permaneça na universidade? A resposta seria: com políticas compensatórias. O mundo inteiro tem políticas compensatórias de conquista social. Não me refiro aos negros.

FOLHA – O Sr. Não está falando de reparações?

SANTOS – A reparação é necessária. Na medida em que uma comunidade é secularmente posta à margem, a nação tem que se ocupar dela. Os negros não são integrados no Brasil. Isso é um risco para a unidade nacional.

FOLHA – O Sr. poderia dar exemplos de medidas reparadoras concretas?

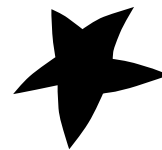
SANTOS – As grandes universidades brasileiras são a cada ano mais elitistas, não do ponto de vista intelectual, mas do ponto de vista socioeconômico. É inaceitável haver uma educação para um tipo de pessoas e outra para outro tipo de pessoas. Com a saúde também. Para ficar doente e ser bem tratado no Brasil você precisa ser ministro! As políticas compensatórias servem para manter a coesão."

MILTON SANTOS
Professor Titular de Geografia Humana da USP (em entrevista à Folha de São Paulo,
25/06/1995)

cotas pode ser uma
mente eficaz de perpe-
nça e a discriminação.
ertamente, os mesmos
os ou fúteis, que tive-
ços abertos para os
rtidos políticos, desde a
criar o negro 'oficial',
uma espécie de bran-
mbólico."

NOSSA OPINIÃO
(Jornal O Globo, 10/03/96)

Mutação e crise do contrato político



■ Tarso Genro – Foi duas vezes eleito Prefeito de Porto Alegre

O contrato político e social, em curso desde a Constituição de 88, que permitiu a transição do regime militar para a democracia política no Brasil, está em prova e severamente ameaçado. Duas tensões, que dominam os debates políticos no país - uma de natureza econômico-financeira, outra de caráter jurídico-político, estão gradativamente demolindo as cláusulas mais legítimas do pacto democrático: a possibilidade de um outro modelo econômico dentro da mesma ordem constitucional e a alternância no poder como um ingrediente necessário para a refundação democrática.

A primeira tensão vem da atual ordem econômica mundial e é recebida com "naturalidade" na política interna, a saber, "não há outra alternativa", que não a de se comportar segundo as regras do mercado financeiro global. Tal conformismo implica na adoção de um modelo econômico permanente e estruturalmente imutável, pois os mercados "punem" se isso não ocorrer. Foi o que disse Bill Clinton, rejeitando um arroubo social-democrata do Presidente Fernando Henrique, no já histórico e falido convésco da "3ª via", em Florença.

A segunda tensão faz emergir um conflito novo e de consequências radicalmente autoritárias: de um lado, a ordem jurídico-política da Constituição de 88, que instiga, legaliza e legitima a alternância de partidos e propostas no poder; de outra a pressão midiática, política e financeira, nacional e planetária, para que o partido opositor, que esteja em vias de chegar ao poder, torne-se "outro" e assim mimetize o grupo ou partido que detém o poder de governar.

Tanto a primeira como a segunda tensão sedimentam um forte constrangimento conservador, que impede a democracia de funcionar como um regime institucional capaz de oferecer, além das liberdades públicas básicas, a possibilidade de mudanças sociais no interior da mesma ordem. Trata-se de uma ruptura silenciosa, mas vital da essência do regime. É um processo que se tornou mais agudo, a partir da quebra das experiências totalitárias do Leste e da própria impotência social-democrata para realizar reformas "me-

lhoristas", de caráter distributivo, na era da "financeirização" global da economia.

Na verdade, o que está ocorrendo no Brasil é apenas a extensão e o sintoma de uma grave crise, no processo de reconstrução do Estado Democrático de Direito na pós-modernidade. No plano político e social o contexto revela a impossibilidade do capitalismo global, na sua etapa especulativa e financeirizada, de cumprir as promessas da modernidade: a predominância do público; a efetividade da cidadania; a política com sujeitos visíveis e "abertos" ao conhecimento e às novas experimentações; o contencioso democrático pleno; a produção social, embora com apropriação privada, capaz de incluir o progresso das maiorias.

A força normativa do capital financeiro, indutora desta crise, transformou a História num processo aparentemente "sem sujeito" e a política democrática tornou-se, assim, apenas a consequência servil de uma socialidade ideologizada, como se ela fosse pura decorência de leis "naturais". A política, como momento ordenador da consciência pública, corre o risco de permanecer - neste quadro histórico - um mero ritual, assegurado pelo convencimento manipulado de que qualquer outra alternativa, fora dos parâmetros aceitos pela teologia do "mercado", será sempre um fracasso completo.

Milton Santos dizia que antes era normal discutir-se "entre o que era real e o que não era; entre o erro e o acerto; o erro e a verdade; a essência e a aparência. Hoje, essa discussão talvez não tenha sequer cabimento, porque a ideologia se torna real e está presente como realidade..." O processo e o resultado eleitoral em nosso país poderão ser um teste significativo para o futuro da democracia no mundo. Tanto pela importância política que temos na América Latina, como pelo efeito-demonstração que o próximo governo poderá exemplificar para outros povos do planeta: realizando mudanças sociais e econômicas que recuperem a experiência democrática universal, que está cada vez mais degradada pela cultura economicista e pela força conservadora do neoliberalismo.

Das pedras de Davi aos tanques de Golias

■ José Saramago – Prêmio Nobel de Literatura (1998)

Afirmam algumas autoridades em questões bíblicas que o Primeiro Livro de Samuel foi escrito ou na época de Salomão ou no período imediato, em qualquer caso antes do cativo da Babilônia. Outros estudiosos não menos competentes argumentam que não apenas o Primeiro, mas também o Segundo Livro de Samuel, foram redigidos depois do exílio da Babilônia, obedecendo sua composição ao que é denominado por estrutura histórico-político-religiosa do esquema deuteronômista, isto é, sucessivamente, a aliança de Deus com o seu povo, a infidelidade do povo, o castigo de Deus, a súplica do povo, o perdão de Deus. Se a venerável escritura vem do tempo de Salomão, poderemos dizer que sobre ela passaram, até hoje, em números redondos, uns três mil anos. Se o trabalho dos redatores foi realizado após terem regressado os judeus do exílio, então haverá que descontar daquele número uns 500.

Esta preocupação de rigor temporal tem como único propósito propor à compreensão do leitor a idéia de que a famosa lenda bíblica do combate (que não chegou a dar-se) entre o pequeno pastor Davi e o gigante filisteu Golias anda a ser mal contada às crianças pelo menos desde há 25 ou 30 séculos. Ao longo do tempo, as diversas partes interessadas no assunto elaboraram, com o assentimento acrítico de mais de cem gerações de crentes, tanto hebreus como cristãos, toda uma enganosa mistificação sobre a desigualdade de forças que separava dos bestiais quatro metros de

altura de Golias a frágil compleição física do louro e delicado Davi.

Tal desigualdade, segundo todas as aparências enorme, era compensada, e logo revertida a favor do israelita, pelo fato de Davi ser um mocinho astucioso e Golias uma estúpida massa de carne, tão astucioso aquele que antes de ir enfrentar-se ao filisteu apanhou na margem de um regato que havia por ali perto cinco pedras lisas que meteu no alforje, tão estúpido o outro que não se apercebeu de que Davi vinha armado com uma pistola. Que não era uma pistola, protestarão indignados os amantes das soberanas verdades míticas, que era simplesmente uma funda, uma humilima funda de pastor, como já as haviam usado em imemoriais tempos os servos de Abraão que lhe conduziam e guardavam o gado. Sim, de fato não parecia uma pistola, não tinha cano, não tinha coronha, não tinha gatilho, não tinha cartuchos, o que tinha era duas cordas finas e resistentes atadas pelas pontas a um pequeno pedaço de

couro flexível, no côncavo do qual a mão esperta de Davi colocaria a pedra que, à distância, foi lançada, veloz e poderosa como uma bala, contra a cabeça de Golias, e o derrubou, deixando-o à mercê do fio da sua própria espada, já empunhada pelo destro fundibulário. Não foi por ser mais astucioso que o israelita conseguiu matar o filisteu e dar a vitória ao exército do Deus vivo e de Samuel, foi simplesmente porque levava consigo uma arma de longo alcance e a soube manejar. A verdade histórica, modesta e nada imaginativa, contenta-se com ensinar-nos que Golias não teve sequer a possibilidade de pôr as mãos em cima de Davi.

A verdade mítica, emérita fabricante de fantasias, anda a embalar-nos há 30 séculos com o conto maravilhoso do triunfo de um pequeno pastor sobre a bestialidade de um guerreiro gigantesco a quem, afinal, de nada pôde servir o pesado bronze do capacete, da couraça, das perneiras e do escudo.

Tanto quanto estamos autorizados a concluir do desenvolvimento deste edificante episódio, Davi, nas muitas batalhas que fizeram dele rei de Judá e de Jerusalém e estenderam o seu poder até a margem direita do Eufrates, não voltou a usar a funda e as pedras.

Também não as usa agora. Nestes últimos 50 anos cresceram a tal ponto as forças e o tamanho de Davi que entre ele e o sobranceiro Golias já não é possível reconhecer qualquer diferença, podendo até dizer-se, sem insultar a ofuscante clari-

**A verdade mítica,
emérita fabricante de
fantasias, anda a
embalar-nos há 30
séculos com o conto
maravilhoso do
triunfo de um
pequeno pastor sobre
a bestialidade de um
guerreiro gigantesco**

dade dos fatos, que se tornou num novo Golias. Davi, hoje, é Golias, mas um Golias que deixou de carregar pesadas e afinal inúteis armas de bronze. Aquele louro Davi de antanho sobrevoa de helicóptero as terras palestinas ocupadas e dispara mísseis contra alvos inermes; aquele delicado Davi de outrora tripula os mais poderosos tanques do mundo e esmaga e rebenta tudo quanto encontra na sua frente; aquele lírico Davi que cantava loas a Betsabé, encarnado agora na figura gargantuesca de um criminoso de guerra chamado Ariel Sharon, lança a “poética” mensagem de que primeiro é necessário esmagar os palestinos para depois negociar com o que deles restar.

Em poucas palavras, é nisto que consiste, desde 1948, com ligeiras variantes meramente táticas, a estratégia política israelita. Intoxicados mentalmente pela idéia messiânica de um Grande Israel que realize finalmente os sonhos expansionistas do sionismo mais radical; contaminados pela monstruosa e enraizada “certeza” de que neste catastrófico e absurdo mundo existe um povo eleito por Deus e que, portanto, estão automaticamente justificadas e autorizadas, em nome também dos horrores passados e dos medos de hoje, todas as ações próprias resultantes de um racismo obsessivo, psicológica e patologicamente exclusivista; educados e treinados

As pedras de Davi mudaram de mãos, agora são os palestinos que as atiram. Golias está do outro lado, armado e equipado como nunca se viu soldado algum na história das guerras.

na idéia de que quaisquer sofrimentos que tenham infligido, inflijam ou venham a infligir aos outros, e em particular aos palestinos, sempre ficarão abaixo dos que padeceram no Holocausto, os judeus arrancam interminavelmente a sua própria ferida para que não deixe de sangrar, para torná-la incurável, e mostram-na ao mundo como se tratasse de uma bandeira.

Israel fez suas as terríveis palavras de Jeová no Deuteronômio: “Minha é a vingança, e eu lhes darei o pago”. Israel quer que nos sintamos culpados, todos nós, direta ou indiretamente, pelos horrores do Holocausto. Israel quer que renunciemos ao mais elementar juízo crítico e nos transformemos em dócil eco da sua vontade. Israel quer que reconheçamos de jure o que para eles já é um exercício de fato: a

impunidade absoluta. Do ponto de vista dos judeus, Israel não poderá nunca ser submetido a julgamento, uma vez que foi torturado e queimado em Auschwitz. Pergunto-me se esses judeus que morreram nos campos de concentração nazistas, esses que foram perseguidos ao longo da História, esses que foram trucidados nos pogrons, esses que apodreceram nos guetos, pergunto-me se essa imensa multidão de infelizes não sentiria vergonha pelos atos infames que os seus descendentes vêm cometendo. Pergunto-me se o fato de terem sofrido tanto não seria a melhor causa para não fazerem sofrer os outros.

As pedras de Davi mudaram de mãos, agora são os palestinos que as atiram. Golias está do outro lado, armado e equipado como nunca se viu soldado algum na história das guerras, salvo, claro está, o amigo americano. Ah, sim, as horrendas matanças de civis causadas pelos chamados terroristas suicidas... Horrendas, sim, sem dúvida, condenáveis, sim, sem dúvida. Mas Israel ainda terá muito que aprender se não é capaz de compreender as razões que podem levar um ser humano a transformar-se numa bomba.

JOSÉ SARAMAGO escreveu este texto para o Parlamento Internacional dos Escritores a partir da visita que fez a Yasser Arafat, em Ramallah, no fim de março, com uma delegação que reunia oito intelectuais de quatro continentes.

Editores: Emir Sader e Pablo Gentili

Assistente Editorial: Margareth Doher - CONRERP 3317

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica: A4mãos Comunicação e Design

Tiragem: 10.000 exemplares

Periodicidade: Quadrimestral

Impressão: Open Publish

Rua São Francisco Xavier, 524
Pavilhão João Lyra Filho - 2º andar - Sala 2001 -
Bloco B - Maracanã - Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20550-013 - Brasil
Tel/Fax: (0x21) 2587-7963 2565-7569
E-mail: lpp@uerj.br
http://www.lpp-uerj.net



Coordenação: Prof. Dr. Emir Sader

Comitê Gestor: Prof. Dr. Emilio Dellasoppa, Prof. Dr. Pablo Gentili

Pesquisadores Associados: Prof. Dr. Francisco de Oliveira, Profª Drª Miriam Limoeiro, Profª Drª Laura Tavares, Prof. Dr. Cezar Honorato, Profª Maria Alice Rezende Gonçalves

Pesquisadores Assistentes: Adjovanes Thadeu Silva de Almeida, Davi Manuel Diogo Justino, Fátima Lobato Fernandes, Sandra Regina Salles

Bolsistas: Andreia Gomes da Cruz, Deolindo Nunes de Barros, Graziela E. Bertoluzzi Postay, Mariana Oliveira Setúbal, Rosângela Pereira Silva, Ana Paula Costa de Araújo

Equipe de Apoio e Coordenação Administrativa: Andreia de Souza de Carvalho, Dayse Candida Santos, Heloisa Barboza de Lima, Rosilda Nascimento Benacchio, Vera Lucia Ribeiro de Oliveira

O presente número do **Boletim de Políticas Públicas** foi editado com o apoio da Fundação Ford.

O Laboratório de Políticas Públicas é membro do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO)

Aconteceu...

Semana Nacional da Cultura Brasileira e da Reforma Agrária

O Laboratório de Políticas Públicas, em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a FAPERJ realizaram a Semana Nacional da Cultura Brasileira e da Reforma Agrária, no período de 18 a 24 de março.

Com intensa programação durante todo o dia, o evento "ocupou" a UERJ, sendo seu objetivo preservar a identidade e a memória social do Brasil, através do intercâmbio entre universidade e trabalhadores. Uma semana de comemoração e luta, com debates, exposição de fotos, exibição de vídeos, documentários, filmes e uma grande

feira com produtos da Reforma Agrária. A proposta foi levar à população a refletir sobre a importância da cultura brasileira em seu sentido mais amplo: músicas, danças, rezas, comidas, bebidas, maneiras de se vestir e de se expressar, mostrando que o homem e a mulher do campo, na sua luta, produzem vida e cultura.

Os debates abordaram o mais variados temas e contaram com a participação, entre outros, de João Pedro Stédile, Lobão, Sérgio Mamberti, Augusto Boal, Fernando Peregrino, Lula Vieira e Nelson Pereira dos Santos.

A UERJ recebeu cerca de 6000 visitantes.

CONFERÊNCIA NACIONAL

Universidade e Desigualdades Raciais Para além da Política de Cotas

Participaram, entre outros, Nilcéa Freire (Reitora da UERJ), Nigel Brooke (F. Ford), Antonio Sérgio Guimarães (USP), Ricardo Henriques (Coord. de Políticas Sociais do Gov. do RJ), Roseli Caldart (MST), Felipe Maia (Presidente da UNE), Frei David (Educafro), Yvonne Maggie (UFRJ) e Roberto Leher (Presidente do ANDES).

A conferência realizou-se no dia 24 de junho e foi promovida pelo Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira, Observatório Latino-Americano de Políticas Educacionais do LPP e Centro de Estudos Honestino Guimarães da UNE. Mais de 500 inscritos prestigiaram o evento.

Seminário Nacional Repensando o Brasil

Promovido pelo LPP nos dias 20 e 21 de maio, o evento contou com a presença de Emir Sader, Samuel Pinheiro Guimarães, Carlos Lessa, José Luis Fiori, Cesar Guimarães, Renato Lessa, Fernando Peregrino, César Benjamin e Darc Costa. Cerca de 300 pessoas participaram do evento.

Leandro, o imprescindível Leandro

Numa multitudinária e emotiva cerimônia, o Prof. Leandro Konder recebeu o Prêmio Darcy Ribeiro como Intelectual do Ano. O prêmio é promovido pelo Fórum do Rio de Janeiro, iniciativa da Reitoria da UERJ e do LPP.

Istvan Mészáros no LPP

No dia 11 de junho foi realizado na UERJ, o lançamento da monumental obra de Istvan Mészáros, *Para além do capital* (Boitempo Editorial). A iniciativa foi promovida pelo LPP, o Fórum do Rio de Janeiro, o Mestrado em Serviço Social e a Sub-Reitoria de Extensão e Cultura. O auditório 11, lotado, foi palco da brilhante conferência de um dos mais renomados teóricos marxistas contemporâneos.

Em pauta...

Seminário Internacional Pós-Neoliberalismo 3

Hegemonia e Resistência – Poderes e Contra-poderes

Esperando renovar o sucesso das duas edições anteriores, o **Seminário Internacional Pós-Neoliberalismo 3** será realizado em duas etapas. A primeira, "Crise Social e Alternativa Democrática na América Latina", durante os dias 26 e 27 de setembro. A segunda, "Hegemonia, Fragilidade Democrática e Resistência Social na Nova Ordem Mundial", no dia 22 de outubro. Ambas as etapas darão continuidade às reflexões iniciadas no Primeiro e no Segundo Seminário, realizados em 1994 e 1998, respectivamente.

O Seminário trará nomes como Perry Anderson, Pablo González Casanova, Ellen Meiksins Wood, Atilio Boron, Giuseppe Cocco, Anibal Quijano, Hugo Zemelman, Francisco de Oliveira, José María Gómez, Gaudêncio Frigotto e Luis Fernandes, entre outros.

O evento, organizado pelo LPP, conta com o apoio da Sub-Reitoria de Extensão e Cultura, da FAPERJ, do Centro de Estudos Honestino Guimarães – UNE, da Associação dos Docentes da UERJ, do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais – CLACSO e da Universidad de la Ciudad de México.

1ª etapa – Dias 26 e 27/09 – Capela Ecumênica

2ª etapa – Dia 22/10 – Teatro Odylo Costa Filho

Inscrições e informações no site www.lpp-uerj.net ou pelo telefone 2587-7963.

Lançamentos

Serão lançados mais três livros da Coleção A Outra Margem, são eles:

- *Tempo de desafios – A política social democrática e popular no governo do Rio Grande do Sul* / Laura Tavares (Org.);
- *A guerra infinita – Hegemonia e terror mundial* / Ana Esther Ceceña e Emir Sader (Orgs.);
- *Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina* / Pablo González Casanova.

Coleção A Outra Margem

 UMA CO-EDIÇÃO LPP, CLACSO E EDITORA VOZES.

Pós-Neoliberalismo II. Que Estado, para que democracia? / E. Sader e P. Gentili (Orgs.) • **Globalização excludente. Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial** / P. Gentili (Org.) • **A guerra dos deuses. Religião e política** / M. Löwy • **Política e democracia em tempos de globalização** / J. M. Gómez • **Dialética da**

dependência / Rui Mauro Marini • **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina** / L. T. Soares • **A batalha de Seattle – A globalização das lutas e das resistências na nova ordem mundial** / E. Taddei e J. Seoane (Orgs.) • **A coruja de Minerva – Mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo** / A. A. Boron